

Introdução

A observação do fluxo migratório intra-europeu dos portugueses revela que a crise de 1973-1974 afectou decisivamente a evolução e as características dos movimentos de saídas dos nacionais. O efeito imediato da adopção de políticas de imigração restritivas à entrada de imigrantes laborais por parte dos principais países recrutadores de mão-de-obra nacional fez-se sentir sobre o volume e as características do fluxo migratório. Nos anos que se seguiram ao fecho das fronteiras dos principais países de destino da emigração portuguesa pós-segunda guerra mundial, o volume de saídas apresentou valores bastante inferiores aos verificados no decurso dos anos 60. Os que continuaram a emigrar apresentavam características diferentes das que até então tinham marcado o fluxo emigratório português: o reagrupamento familiar e a emigração temporária passaram a constituir as formas predominantes de entrada num país estrangeiro.

Após meados da década de 80 assiste-se à reanimação dos fluxos migratórios externos, caracterizada, sobretudo, pela transformação do contexto institucional e político em que ocorrem os movimentos, pela alteração dos principais destinos do fluxo e pela emergência de novas modalidades migratórias. A nível institucional, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, levou à criação de novas condições para a mobilidade dos portugueses no interior do espaço da Comunidade. Esta mobilidade intracomunitária não apresentou, contudo, níveis muito significativos, dirigindo-se os emigrantes portugueses preferencialmente para um país não membro. Perante a incapacidade de recuperação manifestada pelos destinos habituais (nomeadamente a França), a Suíça passou a surgir como o novo destino para a emigração

portuguesa. O estudo deste fluxo migratório constitui o objectivo central do presente trabalho, procurando-se dar conta das determinantes, características e dinâmicas organizativas deste movimento migratório.

A análise do movimento migratório para a Suíça ocorre num contexto que, do lado português, é marcado, para além do já referido encerramento dos destinos tradicionais da emigração intra-europeia, pelo aumento das entradas de imigrantes para o mercado de trabalho nacional. O inter-relacionamento da emigração portuguesa com a imigração constitui uma especificidade no quadro dos restantes países do Sul da Europa, que, até à crise petrolífera da década de 70, tinham fornecido mão-de-obra aos países mais desenvolvidos da Europa. À excepção de Portugal, a generalidade dos restantes países do Sul da Europa experimentou uma transição migratória após a sua adesão à União Europeia, ou, como no caso italiano, após um processo de desenvolvimento económico que os transformou de países de emigração em países de imigração. Não significa isto que deixaram de experimentar fluxos de saída, mas que estes se mantiveram a níveis significativamente inferiores quer aos ocorridos em épocas anteriores, quer sobretudo em relação aos fluxos de entrada.

Face ao aumento dos fluxos de entrada em território nacional e à insuficiente informação sobre os novos movimentos de saída, a tese da transição migratória foi diversas vezes anunciada em Portugal. A afirmação comum após meados da década de 80 tem sido a de que o país, à semelhança dos outros Estados europeus do Mediterrâneo, deixou de ser um país de emigração para passar a ser um país de imigração. A significativa evolução dos imigrantes residentes em território nacional registada no decurso das décadas de 80 e 90 justifica a maior visibilidade que lhe é atribuída quer na investigação jornalística, quer na investigação científica, quer na opinião pública. A nível político, a ideia da transformação em país de imigração foi apropriada pelo Estado português, que a integrou no seu discurso da «imaginação do centro» (Santos, 1993, pp. 49 e segs.). O país deixava de estar associado a fluxos emigratórios intensos (tradicionalmente identificados como característicos de sociedades menos desenvolvidas) e passava a receber um crescente volume de imigrantes (geralmente associados a países mais desenvolvidos). Esta «imaginação do centro» apenas parcialmente é confirmada pela realidade migratória nacional, em que, a par do aumento da população estrangeira residente, se assiste ao retomar dos movimentos populacionais de saída. No início dos anos 90, a produção científica tem vindo a demonstrar a falibilidade do argumento da transição

migratória em Portugal e a mostrar que, face a um conjunto diversificado de razões (baixos níveis salariais, rigidez do mercado de trabalho interno, fraca mobilidade geográfica interna, etc.), a emigração portuguesa continua a registar um volume significativo. Continua, porém, por fazer uma investigação aprofundada sobre os fluxos emigratórios portugueses contemporâneos, em especial daqueles que até ao momento apenas têm merecido a atenção de pontuais relatos jornalísticos, como, por exemplo, as migrações para a Inglaterra, a Irlanda e a Espanha.

Para além da transformação do contexto institucional e do surgimento de novos destinos migratórios, os fluxos emigratórios que se desenvolveram após meados dos anos 80 diferenciam-se dos fluxos anteriores pela emergência de novas modalidades migratórias. A natureza temporária do movimento constitui uma das suas características mais salientes. A alteração da forma de sair do país não corresponde, contudo, com frequência, a uma mudança dos projectos migratórios do migrante, mas é o resultado das leis de imigração e dos condicionamentos impostos pelo mercado de trabalho do país de acolhimento. Da interacção entre os objectivos conflitantes dos emigrantes (que procuram obter uma estada mais permanente no país de destino) e do país de destino (que privilegia a entrada de trabalhadores temporários) resultam movimentos, muitas vezes híbridos, nos quais a estada permanente é alcançada através da reiteração de uma série de movimentos temporários ou por uma estratégia de exceder os limites legais das estadas de curta duração.

O significado do sancionamento político e económico na determinação do fluxo migratório português para a Suíça orientou um segundo objectivo do trabalho: a análise das razões que levaram aquele país a procurar em Portugal forças de trabalho para o seu desenvolvimento económico. Embora a imigração constitua uma constante da história helvética desde o final do século XIX, Portugal manteve-se à margem do processo de fornecimento de mão-de-obra à economia suíça durante grande parte desta história. A procura de trabalhadores para os sectores que, devido à falta de atractividade em termos salariais, de condições de trabalho e de prestígio social, tinham sido abandonados pelos trabalhadores helvéticos foi, até aos anos 80, satisfeita por trabalhadores pouco ou nada qualificados originários maioritariamente de Itália e, em menor proporção, de Espanha. A década de 80 marca uma alteração significativa na composição nacional dos imigrantes, os quais passam a provir de países geográfica e, segundo as autoridades helvéticas, culturalmente distantes (cf. capítulo 2).

A compreensão da experiência migratória dos emigrantes portugueses não se esgota na análise das condições que possibilitaram a sua migração para a Suíça. Daí que um terceiro objectivo deste trabalho seja o estudo dos processos de inserção dos portugueses no país de acolhimento, nomeadamente a nível legal, da incorporação no mercado de trabalho e da distribuição geográfica. A avaliação absoluta e relativa (isto é, em comparação com a população autóctone e com outros grupos nacionais) dos processos de inserção dos portugueses permite evidenciar as características sócio-profissionais dos portugueses, a sua posição legal e profissional na Suíça e as alterações experimentadas no decurso da sua permanência em território helvético. A percepção da inserção dos migrantes portugueses na sociedade de acolhimento não se limita, porém, à observação estática do seu perfil sócio-profissional e legal em diferentes momentos temporais. Ela estende-se à análise do momento temporal em que se alterou o estatuto legal, a situação profissional ou a área de residência do migrante. A análise longitudinal de dois grupos de emigrantes portugueses que entraram pela primeira vez na Suíça em 1981 e 1985 está particularmente adaptada quer à apreensão das modificações ocorridas durante a estada do migrante em território helvético, quer à contextualização destas modificações no tempo. Este tipo de estudo permite ainda relacionar a evolução registada a nível individual com as circunstâncias prévias destes mesmos indivíduos e averiguar a interacção entre as modificações registadas a nível legal, profissional e geográfico. A análise permite, igualmente, responder ao objectivo de conhecer a existência de diferenças significativas entre o fluxo migratório que se dirige para a região helvética de língua francesa e o que se dirige para a região de língua alemã.

As hipóteses centrais prosseguidas pelo trabalho foram as de que: (a) os novos movimentos migratórios portugueses se inserem num contexto político e económico em que as políticas de imigração adoptadas pelos países de acolhimento e as necessidades do mercado de trabalho desses países desempenham um papel determinante. Um e outras podem ser consideradas os principais factores explicativos de um movimento migratório que assume características diferentes das verificadas na década de 60 e inícios dos anos 70; (b) o movimento migratório para a Suíça resulta da articulação entre factores estruturais, individuais e de nível intermédio. Em conjunto, estes três factores desempenham um papel importante no surgimento e desenvolvimento de determinado fluxo migratório. Assim, sendo inegável a importância dos factores económicos (na origem e no destino) na criação e manutenção do

movimento migratório, não é de negligenciar o papel desempenhado pelas redes informais que servem de suporte aos migrantes. É a progressiva estruturação das redes migratórias que permite aos candidatos à emigração responder directa ou indirectamente às necessidades do país de destino; (c) os processos de inserção dos portugueses na sociedade helvética são influenciados pelas políticas de imigração suíças, pela estrutura do mercado de trabalho e pelos projectos migratórios do próprio emigrante; (d) o prolongamento da estada do emigrante na Suíça origina uma alteração no seu estatuto de permanência, no sector de exercício da sua actividade profissional e na sua localização geográfica no interior do território suíço, criando a necessidade de recrutar mais trabalhadores estrangeiros para preencher as posições que vão sendo abandonadas pelos emigrantes mais antigos; (e) o processo de inserção profissional e legal é influenciado pela região linguística (francófona ou germanófona) em que o emigrante se insere inicialmente.

Considerações metodológicas

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo recorre a métodos quer quantitativos, quer qualitativos, de modo a obter um conhecimento mais profundo da realidade estudada. A integração de métodos quantitativos e qualitativos revelará aspectos que a utilização exclusiva de qualquer destes métodos deixaria ocultos. Com esta abordagem pragmática não se pretende ignorar as «guerras de paradigmas» (Tashakkori e Teddlie, 1998) que se desenvolvem entre os defensores da abordagem quantitativa e os advogados da abordagem qualitativa (cujos defensores mais puristas têm sustentado a incompatibilidade da conciliação destas duas abordagens), mas colocar esses debates à margem do presente trabalho e enfatizar o contributo de cada método de investigação para a compreensão do movimento migratório em estudo.

O recurso à utilização conjunta de métodos quantitativos e qualitativos ajuda a analisar o objecto de estudo de diferentes ângulos e a iluminar os seus aspectos mais importantes, contribuindo, deste modo, para obter uma imagem mais completa e válida do objecto investigado. Uma metodologia semelhante, embora a uma escala mais ambiciosa e com um nível de complexidade diferente do utilizado no presente estudo, foi empregada por Massey e colaboradores (1987) com a justificação de que o *ethnosurvey* (termo utilizado pelos autores para definir esta metodologia) permite ultrapassar a fraqueza dos métodos

quantitativos e qualitativos e gerar um conjunto de dados com maior fidelidade e validade (Massey, 1999a). No âmbito do presente estudo, a utilização de uma metodologia que combina diferentes tipos de métodos não se destina a estabelecer a validação mútua de cada uma das metodologias empregues (o que levantaria alguns problemas epistemológicos, dada a origem diferenciada dos conjuntos de dados utilizados). O uso de uma pluralidade metodológica no contexto do actual trabalho é o resultado da natureza multifacetada do fenómeno migratório, procurando-se, através deste procedimento, articular e completar os diferentes aspectos considerados pertinentes para a análise do movimento dos portugueses para a Suíça. Exemplificando com alguns dos métodos empregues no estudo, pode referir-se que a análise dos dados estatísticos, embora permita caracterizar a população migrante em diversas dimensões significativas, não possibilita uma compreensão adequada da forma como algumas destas características se produzem. Ou seja, permite, por exemplo, observar a mobilidade geográfica da população migrante portuguesa no interior do território helvético, mas não permite clarificar os motivos desta mobilidade. A análise dos dados quantitativos, de natureza macrossociológica, deverá, assim, ser completada através da inclusão da perspectiva dos actores individuais que autorize uma explicação coerente e válida dos mecanismos que justificam a mobilidade geográfica. Também as questões relativas às redes sociais e aos contactos necessários à realização da migração não puderam ser satisfatoriamente respondidas através da análise das fontes estatísticas, uma vez que estas não forneciam informação específica sobre o modo como se realizou a migração. Tornou-se, por isso, necessário recorrer a outros métodos, nomeadamente à entrevista, que permitiram obter a informação desejada.

De forma resumida, a investigação beneficiou do recurso às seguintes metodologias:

- 1) Pesquisa bibliográfica: a recolha da diversidade de elementos bibliográficos existentes sobre as migrações internacionais, em geral, e relativos ao caso específico da emigração portuguesa e da imigração na Suíça foi determinante para a constante confrontação entre o conhecimento já existente e os resultados que emergiam no decurso do processo de investigação; relevante neste processo de recolha bibliográfica foi o acesso às bibliotecas de duas cidades suíças (Zurique e Berna), que permitiu a obtenção da maior parte da literatura usada no presente trabalho;

- 2) Pesquisa documental: a recolha e análise de textos oficiais portugueses e suíços, assim como de documentos produzidos por outras entidades (nomeadamente associações patronais), permitiu, juntamente com a análise bibliográfica, a reconstrução da história da imigração suíça e o papel desempenhado pelo poder político e pelos acordos bilaterais no evoluir da população estrangeira residente em território helvético. Importante nesta fase foi a disponibilização *online* das publicações oficiais (actas parlamentares, colecção de direito federal, boletim federal, jurisprudência do Tribunal Constitucional) e dos documentos diplomáticos suíços. Do lado português, o exame de alguma correspondência trocada entre a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e os empresários helvéticos (directa ou indirectamente através dos seus representantes em Portugal), assim como dos próprios processos individuais de recrutamento mediados por aquela Secretaria de Estado, permitiu a apreensão da acção directa e indirecta do Estado português na constituição e evolução do fluxo migratório em estudo. Relativamente aos processos de recrutamento individuais, é de referir que está por realizar o tratamento, sistematização, catalogação e análise desta fonte de informação, cuja riqueza informativa e histórica não se coaduna com as condições físicas em que é mantida;
- 3) Entrevistas a emigrantes e informadores privilegiados: a realização de entrevistas standardizadas a uma amostra de 135 emigrantes portugueses destinou-se a auscultar não só os seus percursos migratórios e profissionais, mas também as condições que determinaram a sua vinda para a Suíça e a sua inserção no país de acolhimento. Os entrevistados foram seleccionados pelo método da amostragem em bola de neve, o que significa que não se trata de uma amostra estatisticamente representativa que possibilite fazer generalizações para a restante população migrante. Dado tratar-se de um método de amostragem em que os elementos seleccionados resultam da indicação daqueles que foram inquiridos anteriormente, apresenta vantagens e inconvenientes. As vantagens relacionam-se com a possibilidade de abranger migrantes que de outro modo poderiam não ser incluídos na amostra ou que poderiam manifestar alguma relutância em serem entrevistados (como, por exemplo, os imigrantes não documentados). Os inconvenientes deste processo de amostragem relacionam-se com a elevada probabilidade de somente incluir elementos pertencentes à

rede social do entrevistado (Arber, 1993, p. 74), enviesando, assim, a selecção dos migrantes presentes na amostra. De modo a reduzir o enviesamento da amostra foram feitos diversos esforços para obter contribuições de emigrantes portugueses que se diferenciavam por uma série de critérios, como, por exemplo, o estatuto de residência actual e no momento da entrada, a região linguística de residência na Suíça, o sector económico de inserção e o período de chegada à Suíça. A necessidade de a estrutura da amostra se conformar aos critérios mencionados produziu um número de entrevistas que poderá ser considerado excessivo no contexto de uma investigação qualitativa. Contudo, só a realização deste conjunto alargado de entrevistas permitiu obter a saturação da informação fornecida pelos entrevistados e, deste modo, garantir a cobertura das situações mais relevantes¹.

Os dados obtidos através das entrevistas estandardizadas são, sobretudo, de natureza qualitativa e permitem compreender o processo migratório a partir do olhar dos intervenientes directos nesse processo. Para além destas entrevistas a emigrantes, foram realizadas entrevistas semidirectivas a nove informadores que, devido à sua actividade profissional ou ao seu envolvimento com a comunidade portuguesa na Suíça, detinham um conhecimento privilegiado da emigração portuguesa neste país (a par destas entrevistas utilizaram-se também extractos de entrevistas a informadores privilegiados realizadas no âmbito de outro trabalho) (cf. capítulo 6, nota 345). Estas entrevistas destinaram-se a obter uma compreensão mais completa da emigração portuguesa para a Suíça e a recolher informação sobre pontos específicos não incluídos na entrevista aos emigrantes. As entrevistas a informadores privilegiados foram analisadas directamente a partir do registo áudio realizado no momento da entrevista através do recurso a *software* específico (programa Atlas.ti) para o tratamento de dados qualitativos de natureza textual e não textual (como dados áudio e vídeo). Ambos os conjuntos de entrevistas foram realizados entre 1997 e 1998;

- 4) Análise estatística: a análise estatística teve por base, numa primeira fase, a informação publicada e não publicada pelo

¹ A finalização do processo de selecção de entrevistados, quando não surge informação nova, é um procedimento habitual quando as amostras são determinadas de forma não probabilística, originando, deste modo, um número variável de entrevistas em função da temática estudada.

Instituto de Estatística suíço e pelo Serviço de Estatística do Registo Central de Estrangeiros (pontualmente foi ainda utilizada informação estatística proveniente de outras fontes). Através do exame destas fontes foi possível descrever a evolução e as principais características da imigração na Suíça e enquadrar a imigração portuguesa no contexto geral daquela imigração. Numa segunda fase procedeu-se ao estudo dos dados do Registo Central de Estrangeiros suíço relativos aos portugueses que num dado ano (1981 ou 1985) tinham entrado pela primeira vez em território helvético. A análise desta fonte foi particularmente demorada e envolveu problemas específicos para os quais foi necessário desenvolver novas competências técnicas (cf. capítulo 7 e anexo III). A análise longitudinal a que estes dados foram sujeitos permitiu explicitar as alterações experimentadas pelos imigrantes ao longo da sua permanência na Suíça.

Estrutura do trabalho

O texto que se segue encontra-se estruturado em sete capítulos antecidos pela presente introdução e finalizado por uma conclusão.

O capítulo 1 trata, numa primeira parte, da definição das migrações e revê algumas das tipologias utilizadas para classificar os movimentos migratórios. Na segunda parte do capítulo é efectuada uma incursão sobre o contributo dos autores sociológicos clássicos para o estudo das migrações. O tratamento marginal que as migrações mereceram por parte destes autores justifica a reduzida extensão desta parte. A terceira parte do capítulo revê as principais teorias explicativas dos movimentos migratórios, realçando os aspectos que poderão ser particularmente interessantes para a compreensão do fluxo migratório português para a Suíça. A apresentação das teorias assentará na distinção entre as que, de um ponto de vista individualista ou estrutural, procuram explicar o início do fluxo migratório e as que intentam justificar a manutenção do movimento migratório no tempo a partir de uma perspectiva estrutural ou intermédia. O capítulo encerra com a apresentação de uma proposta de conjugação de diversas teorias para a explicação da emigração portuguesa para a Suíça.

O exame da acção do Estado helvético na regulação dos fluxos migratórios é realizado no capítulo 2. Neste contexto serão analisados os efeitos da política de imigração suíça sobre a evolução da população estrangeira e o relacionamento existente entre as políticas de imigração

e as necessidades do mercado de trabalho, por um lado, e os movimentos anti-imigração, por outro. A permeabilidade da política helvética em matéria de imigração às influências internacionais decorrentes quer da assinatura de tratados bilaterais, quer da sucessiva aproximação à União Europeia, será, igualmente, abordada neste capítulo.

O capítulo 3 debruça-se sobre a evolução da composição e das características demográficas e sócio-profissionais da população estrangeira após 1980. A opção por limitar a descrição à evolução registada após o referido ano é justificada pelo facto de o fluxo migratório português para a Suíça se desenvolver, sobretudo, a partir desta data e o objectivo deste capítulo ser a integração deste fluxo no contexto imigratório helvético.

O capítulo 4 incide, num primeiro momento, sobre o desenvolvimento da emigração portuguesa, dedicando particular atenção aos movimentos que ocorreram após o choque petrolífero de 1973-1974. As novas formas de mobilidade dos portugueses, sobretudo no espaço da União Europeia, merecerá, neste âmbito, uma abordagem mais detalhada. Posteriormente, serão abordados os fluxos de imigração para Portugal, quer os que têm dominado o contexto imigratório nacional até ao final do século XX, quer os que ganharam relevo no início do século XXI.

O estudo da formação e consolidação do fluxo migratório português para a Suíça, assim como das características da população portuguesa residente nesse país, constitui a finalidade do capítulo 5. Neste âmbito, é dedicada especial atenção à localização residencial dos portugueses (a nível de todo o território e em duas áreas urbanas particulares) e à caracterização da inserção dos portugueses no mercado de trabalho helvético.

O capítulo 6 centra-se na observação pormenorizada das motivações e das formas da emigração portuguesa para a Suíça, analisando, com base em entrevistas aos actores directamente envolvidos no processo migratório, o processo de decisão migratório e a acção das redes migratórias no decurso da formação e consolidação do movimento migratório português para a Confederação Helvética. As formas de inserção no mercado de trabalho, os percursos profissionais e as perspectivas de regresso dos emigrantes serão, igualmente, abordadas neste capítulo.

A exploração dos dados do Registo Central de Estrangeiros constitui o objectivo do capítulo 7. Através do conjunto de dados relativos aos portugueses retirados desta fonte proceder-se-á, numa primeira parte, à caracterização da totalidade dos migrantes portugueses que entraram

pela primeira vez na Suíça em 1981 ou 1985. Cada um destes grupos corresponde a distintos momentos da evolução do fluxo migratório português: o primeiro grupo entrou em território helvético na fase inicial do fluxo; o segundo chegou num momento que pode ser incluído no período áureo da emigração portuguesa para a Suíça. Na segunda parte, estes dados serão tratados numa perspectiva diacrónica, analisando-se os padrões de mobilidade geográfica, profissional e legal dos migrantes de média e longa duração, isto é, dos migrantes que permaneceram na Suíça até 31 de Agosto de 1991 e 1997, respectivamente. O capítulo procura ainda ilustrar a acção da política migratória helvética sobre a integração dos migrantes portugueses no mercado de trabalho suíço e sobre a sua distribuição espacial.

Este trabalho termina com um último capítulo em que se sumariam alguns resultados centrais decorrentes do estudo efectuado.